



CERTIFICAÇÃO DE SABERES PROFISSIONAIS DE TRABALHADORES

Hickenbick, Claudia – IFSC – claudia@ifsc.edu.br
Ramos, Elenita Eliete de Lima – IFSC – elenita@ifsc.edu.br
Acauan, Renata - IFSC – renata.acauan@ifsc.edu.br

**EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
(EJA) NA PERSPECTIVA DO MUNDO DO TRABALHO**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a importância do processo de reconhecimento e certificação de saberes profissionais de trabalhadores. Especialmente sua relação com a Educação de Jovens e Adultos quando inserido no currículo de um curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O trabalho desenvolvido tem como referência a experiência realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), mais especificamente a experiência do Câmpus Itajai com profissionais da pesca e do Câmpus Continente com profissionais da área de turismo. O texto traz uma proposta de caminho metodológico que se mostrou promissora na busca por avanços na concretização da Certificação de Saberes Profissionais de trabalhadores.

Palavras-chave: EJA; Certificação de Saberes Profissionais; CERTIFIC; PROEJA.

Introdução

Este trabalho situa-se no âmbito das discussões sobre educação e trabalho (FISCHER e FRANZOI, 2009; FREITAS, 2010) na medida em que considera as relações capitalistas de produção e as dimensões educativas presentes nas práticas sociais do trabalhador, no contexto das relações capitalistas de produção. Vislumbra-se a perspectiva de uma educação emancipatória que assume a ideia da possibilidade educativa para além da escola, embora reconheça “o espaço escolar como estratégico para concretização de outro projeto de sociedade” (Brasil, 2014c, p. 28).

A centralidade do trabalho preconizada para a Educação de Jovens e Adultos deve se concretizar em projetos pedagógicos que priorizem conteúdos e métodos de ensino adequados às realidades profissionais e sociais dos trabalhadores. (MORAES e LOPES, 2005).



Para tanto, é preciso deixar que suas experiências e saberes trazidos do trabalho invadam o espaço escolar, o que implica considerá-lo par dialético com o professor [...]. Isso significa realizar um trabalho pedagógico em que a experiência está no centro, e não as carências. (FISCHER e FRANZOI, 2009, p. 42).

Neste sentido, os processos de reconhecimento e certificação de saberes profissionais são uma dimensão importante para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), estando presentes no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) como estratégia para o cumprimento da meta 10, que ratifica a importância de se ofertar a EJA integrada à educação profissional.

No Brasil, os processos de reconhecimento de saberes profissionais até 2003, foram desenvolvidos no contexto de políticas neoliberais (no qual estava colocado o protagonismo do setor empresarial). A partir de 2003, no governo Lula, assumem o desafio da construção de um sistema nacional de certificação profissional que possa atender ao conjunto das demandas sociais e não apenas aos interesses de um único segmento social. (MORAES e LOPES, 2005).

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Continuada (Rede CERTIFIC) foi instituída pela Portaria Interministerial Nº 1082 de 20/11/2009 e reorganizada pela portaria Nº 5 de 25/04/2014, passando a ser denominada Rede Nacional de Certificação Profissional. Embora o termo Formação Continuada tenha sido suprimido, a importância da formação está presente na definição dos processos de certificação profissional, em três de suas finalidades, e em um de seus princípios, expressamente nos artigos 4º, 10º e 18º. O CERTIFIC, portanto, se constitui “um conjunto articulado de ações de natureza educativa, científica e tecnológica [...] que possibilite a elaboração de itinerários de certificação e formação profissional [...] para fins de prosseguimento de estudos ou de exercício profissional ” (BRASIL, 2014a).

Considerando-se que o principal objetivo do CERTIFIC é o reconhecimento de saberes dos trabalhadores pode-se dizer que a primeira experiência desse processo ocorrida em alguns estados brasileiros, no período de 2009 a 2011 não atingiu o seu propósito inicial já que menos de 4% dos trabalhadores que participaram do processo receberam certificação.

Em 2012, três anos após a criação da Rede, a SETEC realizou a avaliação da oferta do CERTIFIC. De acordo com a Secretaria:



Somente 3.567 trabalhadores foram atendidos em processos de reconhecimento de saberes. Destes, 134 trabalhadores receberam a certificação e outros 1.161 foram encaminhados para cursos FIC e/ou de elevação de escolaridade (PROEJA FIC), para que obtivessem a formação complementar necessária ao recebimento do respectivo certificado (BRASIL, 2014a, p.12).

Com relação ao número de certificações, este representa apenas 1,34% dos 10.000 inicialmente idealizados, um índice igualmente baixo, uma vez que o principal objetivo do CERTIFIC é o reconhecimento e a certificação de saberes dos trabalhadores, mais que a sua permanência na escola.

Em síntese, de acordo com as políticas públicas existentes, se o CERTIFIC deve incentivar a formação continuada dos trabalhadores, deve também buscar aprimorar-se quanto às metodologias avaliativas para que aconteça realmente o diálogo entre o saber empírico dos trabalhadores e o saber formal, permitindo a construção coletiva de conhecimento durante o processo de certificação.

Foi no contexto do Grupo de Trabalho de Reestruturação do CERTIFIC, promovido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (GT CERTIFIC/SETEC/MEC) que o Instituto Federal de Santa Catarina obteve a autorização do Ministério da Educação (MEC) para iniciar uma experiência diferenciada de CERTIFIC.

A experiência consistiu em integrar dois programas distintos: o CERTIFIC que tem por objetivo certificar saberes profissionais de trabalhadores e o PROEJA, cujo principal objetivo é a elevação da escolaridade integrada à formação profissional dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Cabe ressaltar que o PROEJA foi criado com o objetivo de materializar a oferta de educação profissional integrada à Educação Básica na EJA. Tal ação faz parte de uma política pública mais ampla que perpassa pelo reconhecimento do direito à Educação daqueles que não o exerceram na dita “idade própria”, ou seja, os jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas. Da mesma forma, o CERTIFIC, criado em 2009, no que diz respeito ao reconhecimento de saberes. No entanto, o ciclo da política pública não se encerra com a criação de leis, é necessário seu monitoramento, uma vigilância constante quanto a sua materialização, já que a existência das leis nem sempre é sinônimo de seu cumprimento. (HICKENBICK e RAMOS, 2015).



E foi pela constatação da pouca materialização desta política pública que se percebeu a necessidade de criar a Comissão Permanente de Integração dos Programas Sociais do IFSC (CIPS). Visando qualificar e aumentar a oferta educativa para jovens e adultos trabalhadores a CIPS, criada no primeiro semestre de 2013, promoveu a integração entre as Pró-reitorias de Ensino e de Extensão. A Comissão tem como horizonte integrar os sujeitos do Mulheres SIM e do Pronatec. Entretanto, até o momento o trabalho tem se desenvolvido mais fortemente com o público do PROEJA e do CERTIFIC.

Assim, por meio da CIPS, a instituição passou a repensar a oferta do CERTIFIC. O caminho escolhido foi a oferta do CERTIFIC integrado ao PROEJA. A motivação se deu pela percepção da identidade do público demandante dos dois programas e pela potencial complementariedade entre eles. O primeiro reconhece e certifica saberes profissionais; o segundo, eleva a escolaridade e complementa as lacunas a serem preenchidas pelos saberes profissionais não reconhecidos e necessários para a certificação profissional. A integração do CERTIFIC ao PROEJA vem acontecendo em quatro projetos pilotos, em diferentes cidades catarinenses, e tem possibilitado o aprimoramento das metodologias avaliativas. (HICKENBICK e RAMOS, 2016).

Metodologia

O CERTIFIC, no IFSC, está composto por duas etapas: sendo a primeira a Avaliação e o Reconhecimento dos Saberes Profissionais e, a segunda, a Complementação da Formação, que é definida a partir dos resultados da primeira.

A primeira etapa está composta por 6 sub-etapas, descritas a seguir:

- 1- Ingresso: identificação da demanda, elaboração do PPCP; inscrição, edital, acolhimento;
- 2- Apresentação dos Saberes Profissionais e Dinâmica da Entrevista Coletiva
- 3- Matrícula;
- 4- Entrevistas Individuais;
- 5- Avaliação da prática profissional ;
- 6- Entrega dos Documentos (Memorial Descritivo, Atestado/Diploma) e Encaminhamentos.



A experiência dos quatro projetos piloto

O Câmpus Itajaí, localizado no litoral norte de Santa Catarina, ofertou o curso PROEJA CERTIFIC Pescador Profissional, entre 2014 e 2015. Essa experiência foi realizada por meio de uma parceria com a Secretaria Municipal de Penha que ofertou a parte referente à formação geral presente no PROEJA. O projeto de curso contemplou um processo de reconhecimento de saberes de trabalhadores do setor pesqueiro propiciando a conclusão do Ensino Fundamental e a certificação de Pescador Profissional (POP). Dezesete pessoas conseguiram concluir o curso num universo de vinte matrículas realizadas. Número considerado bastante satisfatório considerando ser um curso da Educação de Jovens e Adultos.

Durante a realização do processo de certificação, tanto a forma quanto o local das avaliações tiveram que ser repensadas em função da apreensão observada nos trabalhadores candidatos ao reconhecimento. Alguns tiveram medo de passar pelo processo de certificação, mesmo havendo uma etapa inicial de sensibilização e acolhimento; outros tiveram insegurança em realizar a prova de natação, necessária para conseguir a referida habilitação.

Diante disso a equipe, então, alterou a metodologia pensada inicialmente, realizando as entrevistas, por exemplo, em local mais próximo de sua realidade, e não na escola. É importante ressaltar que a metodologia deve ser adaptada às necessidades dos candidatos à certificação.

Um fato importante de ser mencionado foi o interesse por parte dos candidatos à certificação em participar das aulas, mesmo daqueles componentes curriculares em que já haviam sido certificados.

O Câmpus Florianópolis Continente, localizado no litoral central de Santa Catarina ofertou o curso PROEJA CERTIFIC em Guia de Turismo. Um curso técnico, portanto, em Nível de Ensino Médio. Primeira experiência do Brasil com CERTIFIC em nível técnico.

Na experiência deste câmpus a apreensão com relação às avaliações dos saberes profissionais partiu da equipe multidisciplinar. Alguns professores questionaram a



realização de avaliação da prática profissional por candidatos que, na sua compreensão, tinham pouca experiência em guiamento.

As reflexões que se seguiram a este questionamento, bem como a decisão de realizar a avaliação, mesmo com os candidatos considerados pouco experientes foi fundamentada na própria Portaria Interministerial, na qual está clara a natureza formativa e não apenas avaliativa do CERTIFIC. O objetivo de ter sido construído um Projeto Pedagógico de Curso e Certificação Profissional (PPCCP) em que os professores apresentam os Componentes Curriculares do curso de referência, foi levar os trabalhadores a refletirem sobre a sua prática, e quiçá, buscar se preparar para realizar a avaliação. Como podemos ver no depoimento de um estudante que participou do processo:

Pra mim foi muito importante, o que eu não soube eu aprendi e o que eu sabia eu apresentei. Esse processo do Certific e do PROEJA criou uma importância total para todos. A gente criou vontade pra saber o que é turismo. A gente tem um conhecimento do que é, mas é um conhecimento prático, não tem o teórico, que é importante. (Trabalhador Estudante do projeto piloto Proeja Certific Guia de Turismo Regional, Câmpus Florianópolis-Continente, 2015).

Em suma, um candidato pode não ter experiência em um ou mais aspectos a serem avaliados, mas pode optar por realizar a avaliação a partir do que ouviu na apresentação dos saberes profissionais (etapa 1, sub- etapa 2 do processo) , ou do que foi buscar aprender, do que foi levado a repensar - teoricamente ou mesmo numa relação dialética entre teoria e prática - ao voltar para o seu cotidiano laboral.

Resultados

Este trabalho trata de uma oferta educativa específica para trabalhadores. Quando nos referimos a uma oferta própria para trabalhadores, é preciso que se diga que compreendemos as limitações que advém do meio social e que, ainda que não se possa desconsiderar o indivíduo, os seus esforços pessoais – ou a falta deles - é como grupo que este público precisa ser tomado: um grupo para o qual a escola não é, e talvez nunca tenha sido, um caminho natural, justamente porque ganhar a vida, trabalhar, foi o que preponderou.



A moratória social não está colocada para todas as classes sociais, não é a todos que é dado o direito de passar um tempo se preparando para ser um trabalhador, sendo, neste período, um estudante em tempo integral. Destas pessoas, as que não têm este tempo, está composta a EJA. E é para estas pessoas que se deve olhar e perguntar: o que você aprendeu sendo um trabalhador? o que você aprendeu em suas relações enquanto esteve afastado da escola? As instituições de ensino foram incentivadas a fazer esta pergunta desde 1996, quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que no seu artigo 41 nos diz que o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A oferta do CERTIFIC nos ajuda a tornar esse reconhecimento uma realidade, e não apenas isso. A experiência destes projetos piloto destaca a natureza formativa do processo, e não apenas avaliativa e certificadora. Como resultados alcançados por estes projetos destaca-se, para além da necessidade de adequação do espaço escolar e de uma nova concepção de escola, o entendimento quanto à existência de duas etapas no processo de certificação: a primeira que é dedicada ao processo de reconhecimento de saberes dos trabalhadores e a segunda à complementação de saberes considerada necessária, e indicada pela equipe multiprofissional. As duas etapas devem estar previstas e detalhadas no PPCP.

O caminho metodológico da CIPS, no qual a experiência precedeu a regulamentação do CERTIFIC no IFSC, mostrou-se como promissor na busca por avanços metodológicos na Certificação de Saberes na Educação de Jovens e Adultos. A oferta dos projetos piloto fundamentou a regulamentação do Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais na instituição, como uma oferta educativainclusiva e coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.



BRASIL. **Portaria Interministerial n. 1082** de 20 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=269742>> Acesso em: 12 abril. 2015.

BRASIL. **Documento Orientador Rede Nacional de Certificação Profissional - Rede CERTIFIC**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, 2014a.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 5**, de 25 de abril de 2014. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 maio. 2014b.

BRASIL. Secretaria Nacional de Articulação Social. **Marco de referência da educação popular para as Políticas Públicas**. Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>> Acesso em maio. 2015.

FISCHER, Maria Clara Bueno. FRANZOL. Naira Lisboa. Formação Humana e educação profissional. Diálogos Possíveis. **Revista Educação, Sociedade e Culturas**. Porto-Pt, n. 29. p. 35-51, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos. A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção. **Cadernos ITERRA** Nº15, set 2010.

IFSC. **Resolução 46/CONSUP/2016** - Regulamenta o Processo de Reconhecimento e Certificação de Saberes Profissionais no âmbito da Rede CERTIFIC no IFSC.

HICKENBICK, Claudia, RAMOS, Elenita Eliete Lima. Projeto Formativo para a EJA: a Integração entre processo Educativo e Prática Social na Educação Profissional. In: **Revista Científica Interdisciplinar Link Science Place**. Nº 2, volume 2, artigo nº 9, Abril/Junho 2015.

HICKENBICK C., RAMOS E.E.L. Reconhecimento de saberes profissionais na Educação de Jovens e Adultos: o projeto formativo do IFSC para a EJA. In: **Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas / Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília : MEC, 2016.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. LOPES, Sebastião Neto. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. **Educação e Sociedade**. Campinas-SP. vol. 26, n. 93, p. 1435-1469, Set./Dez. 2005.